

ATA DA OCTAGÉSIMA NONA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.

Às nove horas e trinta minutos do dia treze de março de dois mil e dois, em segunda chamada deu-se início a octogésima Nona Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, presidida por Cláudio Augusto Vieira da Silva (Fundação Fé e Alegria do Brasil) Presente os conselheiros titulares Normando Batista Santos ABONG; Maria Izabel da Silva (CUT); Kênia Augusta Figueiredo (CFESS); José Fernando da Silva (Centro de Cultura Luiz Freire); Joacir Della Giustina (CNBB); Rachel Niskier Sanchez (SBP); Manoel Messias Moreira da Silva (MNDH); Ozanira Ferreira Costa (CECRIA); Denise Doneda (MS); Osvaldo Marcolino Alves Filho (MF); Antonio José Angelo Motti (MPAS) e Walter Antonio da Silva (MInc). Presente ainda os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta assembléia: Maria Ignês Bierrenbach (MJ); Clovis Ubirajara Lacorte (Casa Civil);Júlio Boaventura Santos Matos (MRE)); Marilda Marfan (MEC) Tânia Mara Eller da Cruz (MP). Por motivo de ausência justificada da conselheira da PUC, assumiu a titularidade o representante da OAB, Marcos Antonio Colares. Estiveram ainda presentes os conselheiros suplentes Raymundo Rabelo de Mesquita (Inspetoria São João Bosco) Laura Rossetti (FENAPAE's) e Beatriz Hobold (Pastoral da Criança). Dando início o Presidente abriu os trabalhos informando sobre o agendamento da entrega do documento Pacto pela Paz aos Presidentes da Câmara e do Senado, para às quinze horas e trinta minutos, com a presença de todos os conselheiros do CONANDA, de representantes do Fórum Nacional DCA e do Departamento da Criança e do Adolescente – MJ e principalmente porque estará na ordem do dia da Comissão de Constituição e Justiça a votação do projeto sobre o rebaixamento da idade penal. Na oportunidade, as conselheiras Maria Ignês e Maria Izabel informaram que o assunto foi discutido na Comissão Especial do Conselho Nacional de Desenvolvimento dos Direitos da Pessoa Humana, lembrando os compromissos assumidos pelo

governo federal contra o rebaixamento da idade penal. Neste sentido, o conselheiro Raymundo Mesquita também reafirmou o compromisso das Inspetorias Salesianas sobre o assunto, informando que a CNBB através de Dom Damaceno também se prontificou a intermediar o assunto junto aos parlamentares. Com relação a entrega do documento Pacto pela Paz ao Ministério da Justiça, a conselheira Maria Ignês justificou que não foi possível agendar a visita por motivo de compromissos já assumidos pelo Senhor Ministro nesta data. Dando continuidade aos trabalhos o Presidente submeteu a Pauta à plenária, tendo a mesma sido aprovada com adequações pertinentes, conforme segue; I - Apresentação do Programa Global de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, da Secretária de Justiça deste Ministério. Inicialmente, a Coordenadora do Projeto Anália Belisa Ribeiro cumprimentou a todos abordando a importância de estar neste Colegiado apresentando os trabalhos do Programa. A coordenadora enfocou as linhas gerais do Programa, sua estrutura, o roteiro para implantação e as possíveis parcerias a nível Nacional, Estadual e Municipal. Abordou ainda as várias formas do tráfico de seres humanos nas diferentes regiões do mundo, apresentando um fluxo predominantemente internacional. Ressaltou a posição do governo brasileiro ao aderir a Comissão das Nações Unidas Contra o Crime Transnacional Organizado e o Protocolo para prevenir, eliminar e punir o tráfico de seres humanos, especialmente mulheres e crianças. Esta ação vem sendo executada através do projeto “Medidas para o enfrentamento do tráfico de seres humanos no Brasil”, em cooperação com o Centro das Nações Unidas para a Prevenção Internacional do Crime e também em parceria com a Interpol. Segundo a apresentadora o tráfico de seres humanos é considerado como a terceira maior atividade ilícita no mundo, sendo que a maioria das vítimas traficadas no mundo para fins de exploração sexual são mulheres e adolescentes do sexo feminino. Segundo dados da Polícia Federal as principais fontes de aliciamentos de mulheres são Goiana, Recife, Fortaleza, Belém, Rio de Janeiro e Espírito Santos e as principais rotas são: Goiânia – Rio – Europa (Espanha/Holanda/Alemanha/Itália; Recife e Fortaleza – Rio –

Espanha/Holanda/Alemanha/ Itália; Belém – Suriname, Holanda; Rio – Israel; Rio – Espanha/Holanda/ Alemanha/Itália e Paraná – Rio (Espanha / Holanda/Alemanha/Itália. O conjunto de medidas para prevenir e combater o tráfico de seres humanos estão sob a responsabilidade do Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Justiça. Dr^a Anália enfatizou sobre a necessidade do Programa ser inserido como Política Pública. Ainda com relação ao Programa destacou três enfoques importantes que são a articulação de Centros de Referência, a Estrutura do Banco de Dados e a estruturação de Pesquisa sobre trabalho escravo. O representante da Interpol Washington do Nascimento Melo, falou sobre a implantação de rede nos Centros de Referência, do trabalho em parceria com o Ministério Público a nível Federal e Estadual e com os Conselhos de Direitos. Como exemplo concreto de tráfico de órgão citou o caso de Timbauba – PE, onde as famílias colocavam a venda dos filhos para o tráfico de órgão na Alemanha. Parabenizou a atuação do Ministério Público local e Federal. Informou que hoje a Interpol está atuando em cento e setenta e nove países e no Brasil com representação nas vinte e sete unidades federadas. O Presidente abriu o debate, onde foram registrados os seguintes pontos: 1 – O conselheiro Normando indagou sobre o andamento das denúncias de irregularidade nos processos de adoção internacional pela justiça de Jundiáí – SP e Itabuna – BA; 2 – O conselheiro Raymundo Mesquita demonstrou preocupação sobre a questão de rever os casos passados, visto que muitas dessas crianças já são hoje adolescentes. Para ele, há necessidade de criar mecanismos de defesa desses adolescentes, para não causar outros traumas à eles; 3 – A conselheira Maria Izabel falou sobre o trabalho forçado de adolescentes e também do objetivo da Comissão Especial do CDDPH, criada para acompanhar as denúncias de violências no campo, exploração do trabalho forçado e escravo e exploração do trabalho infantil, considerando de extrema importância o trabalho conjunto. Na oportunidade solicitou aos palestrantes o repasse de dados disponíveis à referida Comissão; 4 – A conselheira Maria Ignês considerou importante essas discussões no Ministério da Justiça e ressaltou a importância do CECRIA e da a Autoridade

Central, por se tratar de mecanismos que facilitam a Comunicação. Enfatizou também o Trabalho em parceria que o DCA vem desenvolvendo com o CECRIDE – Paraná; 5 – A conselheira Ozanira informou sobre a pesquisa do CECRIA, alegando que a mesma também é uma demanda da OEA e de outros organismos internacionais. Ressaltou a importância do Grupo de Trabalho criado pelo CONANDA, para levantamento de informações sobre a organização nacional para o enfrentamento das situações de tráfico, seqüestro e desaparecimento de crianças e adolescentes; 6- O conselheiro Messias abordou a importância dos protocolos internacionais, indagando desde quando o Brasil é signatários desses protocolos; 7 – O Presidente do CONANDA indagou quais os recursos para implantação do programa. Com relação as questões sobre Jundiá e Itabuna, o representante da Interpol informou que os mesmos estão nas mãos da Justiça aguardando julgamento. No caso da investigação de crianças, a Senhora Anália informou sobre a importância desse acompanhamento e que a investigação é sigilosa. Quanto aos mecanismos para não causar a violação psicológica dessas crianças e adolescentes as equipes de trabalho estão tendo esses cuidados. Com relação a participação do Brasil nos protocolos internacionais foi informado que o mesmo é signatário desde o ano de dois mil e um. Sobre os recursos foi informado que o programa conta com quatrocentos mil dólares, tanto para as ações de implantação como para as ações de pesquisa. A Senhora Anália aproveitou o ensejo para agradecer a oportunidade de estar neste Conselho, ressaltando o desejo de trabalhar em parceria com o mesmo na construção de capilaridades que contribuam para o êxito do programa. O representante da Interpol também agradeceu a oportunidade, colocando-se a disposição de todos. O Presidente agradeceu a presença dos visitantes ressaltando a importância dos trabalhos apresentados. Prosseguindo os trabalhos o Presidente informou que atendendo ao pedido do conselheiro do MPAS a apresentação da proposta de reordenamento de abrigos pela SEAS, será realizada no primeiro dia da assembléia do mês de abril na Comissão de Políticas Públicas. II – **Apresentação dos Trabalhos do Grupo de Trabalho/CONANDA/DCA para elaboração do**

Plano de Trabalho para dois mil e dois e dois mil e três – A conselheira Kênia fez o relato dos trabalhos, informando que o grupo discutiu a forma de construção do planejamento estratégico e a criação de instrumentais que pudessem ser referência nos Estados, e também proposto um calendário para o desenvolvimento das ações. A relatora informou que a reunião foi difícil tendo em vista as diferenças na compreensão do assunto por parte do CONANDA e do DCA e que, que a falta da sistematização e compatibilização da agenda do CONANDA interferiu nos resultados da reunião. Foi consenso no grupo a necessidade de receber dos Estados projetos contextualizados, ainda que seja um diagnóstico mínimo e que deve trabalhar os Planos de Ação de forma organizada. Para a relatora essa ação conjunta é assunto novo e que o processo está em construção. A conselheira Maria Ignês ressaltou a necessidade de restaurar os Planos Estaduais, utilizado pelo DCA no início da sua criação, daí o apelo do DCA ao CONANDA para desenvolver a ação conjunta. Com relação as atividades propostas pelo Grupo, lembrou a necessidade de inserir as ações de construção dos parâmetros para construção de unidades de internação. No que tange ao diagnóstico, acha que o mesmo deve ser estritamente operacional. O conselheiro Walter argumentou que o objetivo do Plano de Ação não foi definido e que há necessidade dessa definição. Para a conselheira Maria Izabel não ficou claro o objetivo do Grupo e a forma de integração dos projetos. O conselheiro Messias argumentou que se constrói a intersectorialidade quando se tem claro o que cada um quer, portanto há necessidade de melhor otimização e maior agilidade na execução das ações. Para o conselheiro Osvaldo o grupo queimou algumas etapas. Para ele, só depois da definição dos papéis de cada um é que deverá ter um diagnóstico. O conselheiro Walter solicitou que fosse registrado em ata a sugestão para criação de grupo de trabalho para que se estabeleçam as prioridades do CONANDA e do DCA. A conselheira Denise propôs que o CONANDA defina suas prioridades e o DCA as suas. O Presidente propôs e foi aprovado que as conselheiras Kênia, Maria Stela, Denise e Ozanira dêem um formato ao plano até a próxima plenária e se preciso for, deverão

ser reunir um dia antes da mesma para fechamento dos trabalhos. Ressaltou que o grupo deverá apresentar ações concretas de execução. **III – Relato sobre a situação de Araxá – MG –** A conselheira Kênia fez um breve relato das ações que vem sendo desenvolvidas no Estado, em razão das denúncias sobre abuso sexual de crianças e adolescentes praticado por dois Promotores de Justiça do município. Informou sobre realização de audiência pública em Araxá pela Assembléia Legislativa do Estado e pelo Conselho Estadual dos Direitos, onde através dos depoimentos prestados ficou comprovado a prática do abuso sexual, a existência de clínicas de aborto e chácaras para as práticas sexuais. A conselheira informou também que dois empresários envolvidos na denúncias já encontram-se presos e que a Direção do Ministério Público esta atuando para solução do caso de Araxá. O Presidente falou da entrevista na mídia pelo Corregedor de Justiças, onde foi informado a reabertura do processo e as providências havidas no sentido de penalização dos culpados. **IV – Trabalho de Grupo das Comissões Temáticas** – No final da manhã do primeiro dia e início da manhã do segundo dia as Comissões Temáticas se reuniram para tratar de assuntos específicos de suas áreas de atuação. No período da tarde do primeiro dia, os trabalhos da assembléia foram transferidos para o Congresso Nacional para participação de reunião do Colegiado com o Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves e Presidente do Senado Ramez Tebet, objetivando a entrega do Documento Pacto pela Paz e das Moções sobre o rebaixamento da idade penal aprovadas na IV Conferência Nacional. Prosseguindo os trabalhos no segundo dia, o Presidente informou que a Presidência da Câmara dos Deputados retirou da pauta da Comissão de Constituição e Justiça o Projeto sobre o rebaixamento da idade penal, reafirmando seu compromisso na IV Conferência Nacional e que agora devem ser feitas articulações na Comissão de Segurança Pública, cujo Projeto também propõe o rebaixamento penal. Ressaltou que a participação do DCA e do Ministro da Justiça, através de envio de mensagens aos parlamentares foi importante para retirada do projeto da ordem do dia. **V - Recomposição das Comissões Temáticas.** O assunto foi

amplamente debatido para que se pudesse chegar ao consenso de que as referidas Comissões fossem se possível paritária, conforme estabelece o Regimento Interno do Conselho, e para que as coordenações fossem assumidas pelo governo e sociedade civil, com a escolha aprovada pela plenária. As Comissões ficaram assim constituídas: 1) **Comissão de Políticas Públicas** – Osvaldo Marcolino (MF); Marilda Marfan (MEC); Denise Doneda (MS) Joacir Della Giustina (CNBB); Kênia Augusta (CFESS) – Beatriz Holbod (Pastoral da Criança); Rachel Niskier (CNBB); Maria Izabel (CUT) Ivanildo Franzosi (Casa Civil) e Graça Cabral (DCA). Coordenador: Joacir e Relatora Denise Doneda; 2 – **Comissão de Orçamento e Finanças/ Medidas Sócio – Educativas** – Caio Davoli Brandão e Tânia Mara Eller da Cruz (MP); Clóvis Lacorte (Casa Civil); Walter Antonio (MINC); Maria Stela Graciani (PUC); Cláudio Augusto (Fundação Fé e Alegria), Normando Batista Santos (ABONG). e Atilio Pepe (DCA); Coordenadora: Maria Stela – Relator: Walter Antonio; 3) :**Comissão de Articulação/Comunicação** – Antonio José Angelo Motti (MPAS); Glauber/Ivonne Bezerra (MTE); Júlio Boaventura (MRE); José Fernando (C.C. Luiz Freire); Ozanira Ferreira (CECRIA) Manoel Messias (MNDH); Marcos Colares (OAB); Laura Rossetti (FENASPe's) e Silvia Arruda (DCA). Coordenador: José Angelo Motti e Relator: José Fernando; 4) **Legislação** - Osvaldo Marcolino (MF); Marcos Colares (OAB); Normando Batista (ABONG) e Francisco Brito (Secretária Executiva). Coordenador: Osvaldo. IV – **Relato das Comissões**

Temáticas: 1) Comissão de Políticas Públicas - A conselheira Maria Izabel fez o relato dos trabalhos informando que para os documentos recebidos foram propostos os seguintes encaminhamentos: a) Publicação do IPEA “ Políticas Sociais – acompanhamento e análise volume quatro – oficial os agradecimentos e solicitar um exemplar para cada conselheiro; b) recebimento de PL que institui a certidão negativa de utilidade ilegal do trabalho da criança e do adolescente, proposto pelo Deputado Orlando Fantazini, o qual solicita o apoio do CONANDA. A conselheira fez análise de mérito, com parecer favorável, por entender que pode coibir a utilização da mão de

obra infantil. Propôs sugerir ao Deputado modificar no artigo segundo, indicando que o órgão para expedição da referida certidão seja o CMDCA. Propôs ainda repassar a sugestão à Comissão de Legislação para análise jurídica e encaminhamento ao Deputado; c) Carta recebida de Viena/Áustria, do Médico psicoterapeuta Alvaro Blon Pinheiro Chagas, apresentando denúncias contra a juíza Cristiane de Sá, da Segunda Vara de Família, da Infância e Juventude da Comarca de Nilópolis em processo de adoção. A Comissão propôs enviar ofício acusando o recebimento e dando ciência dos encaminhamentos adotados, como: enviar carta ao Ministério Público do Rio de Janeiro, Conselho de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro; ABMP, Conselho Administrativo das Autoridades Centrais Brasileiras e Corregedoria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Com relação as pendências a relatora informou: a) os Anais da IV Conferência encontram-se em revisão e aguardando a apresentação do Presidente; b) a carta de encaminhamento do Pacto aos Ministérios encontra-se concluída; c) Conferência Sul Americana – O conselheiro Osvaldo não efetivou as informações por motivo de agenda; d) solicitação para participação do CONANDA nos encontros sobre protagonismo Juvenil, em Campo de Goytacazes – RJ. Não foi possível efetivar a documentação em virtude do período do evento ser muito próxima a realização da assembléia; e) discussão sobre o dia dezoito de maio – dia nacional de luta contra a violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. O CONANDA deve propor aos Estados a realização de atividades nesse dia, à partir das discussões e decisões que estão sendo tomadas no âmbito do Grupo que está organizando a atividade nacional. A conselheira Rachel ficou encarregada de repassar as informações aos Estados; f) a conselheira Maria Izabel fará ofício ao Conselho Tutelar de Pedro Velho – RN, repassando informações sobre o PET; g) com relação ao Decreto de promulgação da convenção Cento e Trinta e Oito, foi proposto solicitar à Comissão Tripartiti informações sobre o processo de internalização da convenção, com cópia do parecer da mesma sobre o assunto e encaminhar. Com relação as pendências anteriores foi proposto enviar ofício à Comissão que trata

sobre o registro civil solicitando informações, tendo em vista que o CONANDA não está sendo atualizado sobre o andamento do assunto. Quanto a criação da Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente na Câmara dos Deputados, o conselheiro Joacir manterá contatos com a Deputada Ana Corso do PT – RS, para obter informações sobre o andamento da proposta. No que tange as pendências e encaminhamentos do Plano de Ação, foi proposto estipular um prazo para compatibilização das atividades, com propostas de encaminhamento para as ações de interface com outras Comissões. No que tange as Moções vinda dos Estados a Comissão propôs; a) Moção reivindicatoria dos agentes de Saúde da BA, para reconhecimento como categoria profissional. Enviar ofício ao Ministério da Saúde e Conselho Nacional da Saúde, solicitando estudo da matéria; b) solicitação de Programas Preventivo – SP enviar o documento à SEAS, para parecer sobre o assunto; Quanto as moções da Conferência foram registradas; a) república pelo pouco investimento nas três esferas de governo, quanto ao combate do tráfico de drogas. Foi proposto enviar à Secretaria Nacional Anti – Drogas, com copia do Pacto destacando este tema e solicitar à Secretária agenda para discussão do assunto; b) moções sobre má distribuição de renda, enviar o documento ao Presidente da República, Câmara, Senado Federal e Frente Parlamentar pela Criança; c) moção de repúdio à Prefeitura Municipal de Curitiba, em virtude da privatização das creches municipais. Remeter o documento à Prefeitura Municipal, com cópia para Secretária Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal dos Direitos e Tutelar; d) moção de indignação sobre seqüestro e emasculação de vinte e uma crianças e adolescentes da periferia de São Luíz – MA e três de Altamira. Encaminhar correspondência aos Governos dos Estados do Maranhão e Pará, Conselho Estaduais dos Direitos, Ministério Pública e Policia Federal dos Estados citados; e) moção de repúdio ao não cumprimento da resolução cento e setenta e nove, da Terceira Conferência Nacional, que dispõe sobre as Conferências Municipais e Estaduais de adolescente, preparatórias à Conferência Nacional. Enviar para os Conselhos Estaduais para as providências por

ocasião da realização da V Conferência Nacional; e) moção de repúdio ao Presidente Fernando Henrique sobre o veto de inclusão no currículo do ensino médio das disciplinas de sociologia e filosofia. Enviar o documento ao Presidente da República, com cópia para MEC, Conselho Nacional de Educação, Presidentes da Câmara e do Senado; f) moção reivindicaria ao CONANDA exigindo a efetivação das resoluções das conferências anteriores. Foi discutido a inviabilidade do levantamento das pendências das conferências anteriores; g) moção de alerta aos Estados sobre necessidade de mecanismo pedagógicos e legais para coibir a evasão escolar e faltas injustificadas. Enviar o documento aos Conselhos Estaduais e solicitar que através dos Conselhos Tutelares, Conselho de Direitos, Ministério Público, Poder Judiciário, Secretarias e Conselhos de Educação para que acompanhem a questão da evasão escolar e faltas injustificadas e tomem as devidas providências; h) apoio ao Estado do Rio Grande do Norte pela iniciativa de elaborar o código de turismo contra a exploração sexual infanto juvenil. Solicitar cópia do referido código ao Estado e enviá-lo aos outros Estados, sugerindo a adoção de mecanismo semelhante; i) apoio ao Fórum Social Mundial. Enviar o documento ao Governo do Estado e à Coordenação do referido Fórum; j) apoio a todas às formas de resistência e luta da população negra do Brasil. Enviar cópia as entidades de movimento negro; e) denúncias sobre internações hospitalares. Enviar o documento ao Ministério da Saúde, lembrando o cumprimento da Portaria sobre os procedimentos e encaminhamentos de atendimento de violência nos hospitais. h) Com relação ao caso de Araçatuba – SP, a conselheira informou que não foi possível entrar em contato com os Conselhos locais e Promotor de Justiça para saber o andamento do assunto. A Comissão discutiu ainda sobre as dificuldades de participação dos conselheiros em reuniões da Comissão um dia antes da assembléia, propondo que as mesmas sejam realizadas em caráter estritamente extraordinário. Foi definido pela Comissão que o Conselheiro Osvaldo fará minuta do Regimento Interno da Comissão para ser discutida na próxima reunião. **2) Comissão de Orçamento e Finanças;** O conselheiro Walter fez o relato dos trabalhos, apresentando

primeiramente planilha contendo o resultado da análise dos projetos recebidos para o exercício de dois mil e dois com o seu devido parecer; b) Quanto a visita do Presidente a Unidade de Internação no Estado de Rondônia, informou que o relatório da mesma encontra-se na pasta dos conselheiros, contendo as recomendações resultante do encontro entre o CONANDA, técnicos do DCA/MJ, da FAZER. Conselheiros dos Conselhos de Direitos Estadual, Municipal, Tutelares, representantes da Sociedade Civil, Ministério Público e Justiça da Infância e Juventude; c) Com relação a Resolução número setenta e seis, foi informado que a mesma já se encontra publicada no Diário Oficial da União do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dois; d) Com referência a realização dos cinco encontros regionais para elaboração dos parâmetros de construção de unidades de internação e referencias pedagógicas para o atendimento dos adolescentes em conflito com a lei, foi apresentado novo calendário, tendo em vista a solicitação do Conselho Estadual do Rio Grande do Sul, transferindo o encontro da região Sul para o período de vinte e seis a vinte e oito de junho do corrente. Os demais períodos permaneceram inalterados; e) No que se refere aos relatórios de visita as Unidades de internação dos Estados do Ceará e Maranhão, os conselheiros Fernando, Caio e Clovis produziram um relato sobre a visita as unidades de Fortaleza, com observações e sugestões sobre os problemas identificados nas referidas unidades e os conselheiros Fernando e Maria Stela produziram uma carta- relato lembrando os problemas identificados por ocasião da visita à Unidade de internação de São Luiz, cuja construção ainda não havia sido concluída, solicitando informações sobre os procedimentos adotados pelo Estado. As correspondências serão enviadas os órgãos competentes dos dois Estados; f) Com relação aos recursos orçamentários do Fundo Nacional para o exercício de dois mil e dois, o relator informou que o limite autorizado foi na ordem de dois milhões, novecentos e vinte mil reais e oitocentos e trinta e quatro reais, da fonte do tesouro e alocados no PPA através do Programa Reinserção do Adolescente em Conflito com a Lei e cento e treze mil, quatrocentos e noventa e um reais da fonte de arrecadação, alocados no Programa “Defesa

de Direitos de Criança e Adolescente”. O Plano de Aplicação deverá ser formulados com alterações nos limites da natureza de despesa para adequações às necessidades do Fundo no que tange as despesas de custeio e de capital. Os recursos arrecadados no final do exercício anterior através de parceria com a Petrobras, não foram inseridos no Plano de Aplicação, tendo em vista a necessidade de solicitação de crédito especial por excesso de arrecadação, porque o mesmo não estava previsto no PPA para este exercício. Quando o referido crédito orçamentário for aprovado no Congresso Nacional será elaborado novo Plano de Aplicação incluindo esses recursos; g) para as pendências anteriores, faltou definir a participação da Comissão na elaboração do orçamento para dois mil e três e a metodologia dos encontros regionais. Quanto ao parecer sobre o documento recebido do Centro de Defesa da cidade de Limeira – SP, denunciando a limitação de visitas, o mesmo será repassado à Comissão de Legislação para as providências. O Presidente abriu o debate com depoimento da conselheira Maria Izabel informando que sobre o caso de Limeira, a mesma foi consultada para saber se o Centro de Defesa tem a atribuição de fiscalizar as unidades de internação. O conselheiro Motti também deu seu depoimento, narrando experiências semelhantes. Para o conselheiro o Juiz pode limitar a entrada do Centro de Defesa, porém se o Conselho Tutelar recebeu denúncias compete a ele fiscalizar, embora não seja sua tarefa fiscalizar unidades de internação. Sua obrigação é fiscalizar somente programas de Defesa de Direitos. O conselheiro Fernando propôs que a Comissão de Articulação aprofunde o assunto, buscando informações através do Conselho Estadual dos Direitos e da própria Justiça da Infância e da Juventude. O conselheiro Manoel Messias falou da necessidade de agilizar os Planos Estaduais, inclusive argumentando que muitas ações apresentadas nos Planos não estão voltadas para as medidas sócio – educativas. O conselheiro Fernando complementou que apenas alguns Estados possuem Planos Estaduais e que a maioria enviou apenas projetos específicos inclusive sem o parecer do Conselho Estadual. Ressaltou ainda que os Planos Municipais não foram aprovados, devendo os mesmos serem remetidos aos Conselhos

Estaduais dos seus respectivos Estados. O Presidente também ressaltou o prazo dado aos Estados para o envio dos Planos Estaduais e que poucos estados enviaram seus Planos. Ressaltou ainda que os projetos enviados diretamente pelas Prefeituras ou que não tiveram seus critérios atendidos serão devolvidos. A conselheira Maria Izabel sugeriu que os Conselhos Estaduais dos Direitos devem ser informados sobre o porque da sua não aprovação. O conselheiro Fernando lembrou a questão do Acre, cujo compromisso ficou acertado no final do ano anterior em prestar assessoria técnica através do CONANDA/DCA, para elaboração do Projeto de construção da Unidade de internação, assim como o caso da construção da Unidade de semi- liberdade de Caruaru – PE, que depende de um parecer do DCA/Mj para o encaminhamento do projeto. A conselheira Maria Ignês informou que está agendado visita ao Acre pelo DCA para o próximo mês, considerando importante o conhecimento da situação do Estado e que a mesma seja feita em parceria com o CONANDA, evitando – se a duplicação de esforços. O conselheiro Motti enfatizou que é função técnica do DCA/MJ dar parecer aos projetos do CONANDA, tendo em vista a falta de estrutura da Secretária Executiva. Por outro lado, autorizar o DCA a dar parecer técnico é retroceder, pois com esta atitude o CONANDA passará ser mais um órgão executor. Para o conselheiro o CONANDA deve descentralizar os recursos do fundo através do repasse fundo a fundo. A conselheira Denise também endossou as palavras do conselheiro Motti. O Presidente esclareceu as razões existentes que impediram e impedem o CONANDA a efetuar o repasse fundo a fundo. A conselheira Maria Ignês propôs a contratação de consultoria especializada para definição do repasse fundo a fundo. O Presidente propôs resolver a questão até o mês de abril. O conselheiro Fernando solicitou a colaboração dos conselheiros no tocante a agilização dos repasses de recursos dos Estados que estão com pendências como os casos do Acre e Pernambuco; **3) Comissão de articulação/ Comunicação** – O conselheiro Angelo Motti fez o relato dos trabalhos informando que tendo em vista posição trazida por alguns conselheiros governamentais, corroborada por alguns membros não

governamentais, sobre a dificuldade de afastamento das atividades institucionais em seus órgãos de origem e o grande prejuízo trazido quando das suas faltas nas reuniões das Comissões ou sessões plenárias, a Comissão decidiu por levar ao pleno a proposta de fixação das plenárias mensais em períodos nunca superiores a dois dias em cada mês, devendo as atividades serem organizadas dentro desse limite de tempo. Como forma de garantir a objetividade dos trabalhos a Comissão propôs ainda que: a) sejam cumpridos os compromissos assumidos pela SEDH/MJ no sentido de adotar a Secretaria Executiva das condições físicas, materiais e humanas necessárias ao adequado atendimento as demandas do Conselho; b) a Secretaria Executiva encaminhar de imediato aos coordenadores das Comissões todos os assuntos recebidos pelo CONANDA via eletrônica para que os mesmos procedam análise e distribuição entre os mesmos; c) com antecedência de dez dias das datas das plenárias, a Secretaria Executiva deve encaminhar, via postal aos coordenadores, as demais demandas recebidas pertinentes a missão de cada Comissão, para que os mesmos procedam análise e distribuição entre os membros. Com relação a demanda da Associação dos Conselheiros Tutelares de Mato Grosso do Sul sobre a viabilidade de criação de Conselhos Tutelares para atendimento às crianças indígenas, a Comissão propôs a apreciação do pleno sobre formulação de convite à FUNAI e ao CIME para participarem da próxima plenária para discussão em conjunto as questões que dizem respeito a compatibilidade entre o ECA e o Estatuto do Índio sendo para tanto indicada a ação conjunta com a Comissão de Políticas Públicas. Com referencia a participação de um conselheiro do CONANDA na assembléia das Organizações da Sociedade Civil do Distrito Federal que tratará da recomposição do Conselho Distrital dos Direitos, a Comissão entende como de suma importância a representação do CONANDA, tendo em vista que o Conselho Distrital encontra - se inoperante devido a demissão coletiva dos membros não governamentais. No que tange aos assuntos pendentes nas Comissões e Secretária Executiva a Comissão entende que a plenária deve apreciar a proposta de redistribuição dos documentos e assuntos, tendo como critérios:

a) para os assuntos relativos à Coordenação e Gestão de Políticas, redistribuição à Comissão de Políticas Públicas; b) para os assuntos que dizem respeito às instâncias colegiadas ou equivalentes, distribuição com esta Comissão. Após o debate sobre o relato da Comissão, foi aprovado que o debate com a FUNAI e o CIME deverá ser na plenária do Conselho, às quatorze horas do primeiro dia de trabalho. Com relação à reunião no Conselho Distrital foi indicado o nome do conselheiro Motti para representar o CONANDA. A conselheira Ozanira e o técnico Francisco ficaram responsáveis para agilizarem o convite. Quando o CONANDA necessitar de mais de dois dias de reunião, o conselheiro Marcos Colares colocou à sua disposição o chat da OAB, com objetivo de otimização dos trabalhos. Com relação à compatibilização da agenda foi aprovado para que a mesma seja feita via eletrônica, para posterior aprovação. Quanto ao espaço físico do CONANDA a conselheira Maria Ignês se comprometeu encaminhar o assunto junto à SEDH. **VII – Leitura, Discussão e Aprovação da ATA da octagésima Oitava Assembléia Ordinária do CONANDA –** A Ata da Octagésima Oitava Assembléia Ordinária do CONANDA foi aprovada com correções pertinentes. **VIII – Assuntos Gerais** 1) A conselheira Denise informou sobre a reunião com os conselheiros governamentais e a necessidade de mais detalhamento sobre o Pacto pela Paz para que os conselheiros possam se articular com os seus respectivos Ministros. Com relação à proposta para adolescentes em conflitos com a lei – Piso de atenção Básica de Saúde, informou a criação de Grupo de Trabalho CONANDA/DCA/FONACRIAD/MS e a necessidade do CONANDA indicar seu representante e que as articulações para essas reuniões seriam com ela e com a conselheira Maria Ignês. O Presidente do CONANDA indicou a conselheira Maria Stela ou alguém da Comissão de Orçamento e Finanças/Medidas, para compor o GT; 2) A conselheira Maria Izabel informou sobre a sua participação na Comissão Especial, criada para acompanhar as denúncias de violência no campo, exploração do trabalho forçado, escravidão e exploração do trabalho infantil e da posse dos seus membros. Informou que o objetivo da Comissão é otimizar os esforços de tudo que

já existe sobre o assunto e que a mesma tem como pressuposto básico o Plano Nacional dos Direitos Humanos; 3) O conselheiro Manoel Messias solicitou informações sobre o **Provita Jovem**; 4) O Presidente informou as providências que estão sendo adotadas sobre a situação do CONDECA-SP e do recebimento oficial do dossiê sobre o caso. A conselheira Maria Izabel complementou informando que a Presidente do Condeca reassumiu a presidência e que as questões do Conselho estão sendo tratadas a nível dessa Diretoria que é composta por três pessoas. Informou ainda sobre as articulações para viabilizar uma audiência pública para tratar do assunto; 5) O conselheiro Osvaldo propôs retomar o assunto sobre captação de recursos; 6) O conselheiro José Fernando informou sobre a criação do Conselho Nacional de Comunicação Social pelo Congresso Nacional e da necessidade de solicitar ao Presidente da Câmara dos Deputados informações para que o CONANDA possa fazer proposta de encaminhamento de acordo com as estratégias estabelecida na IV Conferência Nacional. O conselheiro Messias fez a apresentação do Livro “Violência e Trabalho no Brasil”, que contou com a participação do conselheiro Fernando na composição do mesmo; 7) O Presidente informou sobre a substituição do representante da ABMP no CONANDA, assumindo a vaga da primeira suplência, o Presidente a ABMP Saulo de Castro Bezerra; - 8) O Conselheiro José Fernando propôs o lançamento do Manual de Imprensa e Mídia do Estatuto da Criança e do Adolescente para as quinze horas do dia dez de abril, primeiro dia da assembléia. Tendo sido aprovado por todos; 9) A conselheira Ozanira propôs a apresentação da pesquisa do CECRIA para as dezesseis horas e trinta minutos do dia dez de abril, primeiro dia da assembléia, tendo sido aprovado por todos; 10) O Presidente propôs que um representante de cada Comissão represente o CONANDA junto ao UNICEF, para elaboração das estratégias do Plano de Ação do referido órgão. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia. E, para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

CLÁUDIO AUGSTO VIEIRA DA SILVA
Presidente do CONANDA